

TERCEIRA IDADE: UMA BREVE DISCUSSÃO

THIRD AGE: ONE SOON DISCUSSION

Regina Sviech Pontarolo¹, Rita de Cássia da Silva Oliveira²

Recebido para publicação em 06/11/2007

Aceito para publicação em 04/03/2008

RESUMO

A Terceira Idade é a categoria social que nas últimas décadas vem crescendo consideravelmente em todo mundo. Aqui no Brasil os idosos têm sido contemplados por diversos estudos e pesquisas sobre o envelhecimento, o que vêm permitindo a eles, vivenciar algumas novas experiências de vida proporcionadas por alguns projetos advindos destas pesquisas. O presente artigo procura conceituar velhice a partir da gerontologia, discute os aspectos sociais da velhice, ressalta a importância da educação dirigida aos idosos para eles próprios e para toda a sociedade, porque resgata sua integração social e dignidade humana. Procura alertar a sociedade em geral para as ações que se tornam apenas assistencialistas a acabam provocando visões discriminatórias com relação aos idosos.

Palavras-chave: terceira idade, educação, gerontologia.

SUMMARY

The Third Age is the social category that in the last decades comes consideravelmente growing in everybody. Here in Brazil the aged ones have been contemplated for diverse studies and research on the aging, what they come allowing them, to live deeply some new proportionate experiences of life for some happened projects of these research. The present article looks for to appraise oldness from the gerontologia, argues the social aspects of the oldness, standes out the importance of the education directed to the aged ones for proper they and all the society, because it rescues its social integration and dignity human being. Search to alert the society in general for the actions that if only become assistencialistas finishes it provoking discriminatory visões with relation to the aged ones.

Key words: third age, education, gerontology.

¹ Pedagoga formada pela UEPG, especialista em Educação Especial - Deficiência Mental formada pela UNICENTRO e mestranda em Educação pela UEPG. resviech@yahoo.com.br

² Pedagoga, gerontóloga, Doutora em educação pela Universidade de Santiago de Compostela. Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora do mestrado em educação da UEPG. Coordenadora da Universidade Aberta para a Terceira Idade na UEPG. soliveira13@uol.com.br

1 Introdução

Viver mais e com qualidade de vida tem sido a meta de todo ser humano, contudo quando ela se torna realidade traz consigo novos medos, incertezas e dificuldades provenientes de ações sócio-políticas deficitárias.

Atitudes resultantes de uma experiência de vida carente de educação de qualidade, que permita aos cidadãos um bom preparo para uma vida futura saudável e digna.

Com este novo panorama social em que o número da população idosa vem crescendo vertiginosamente nas últimas décadas, a sociedade tem sido obrigada a rever seus projetos sociais, políticos, econômicos, culturais e educacionais.

Tais projetos são determinantes na qualidade de vida dos idosos e de todos que com eles convivem.

A longevidade será naturalmente a superação da representação negativa da velhice pelo envelhecimento ativo e produtivo que propõe um convite ao idoso a lutar pelo seu reconhecimento social. No entanto, essa nova visão do idoso só acontecerá quando o mesmo for considerado cidadão capaz de construir sua história com dignidade, autonomia, esperança e felicidade.

Considerar o direito e o dever de intervir no mundo tem sido um desafio para a população envelhecida, visto que, os idosos são vítimas de uma visão preconceituosa da sociedade.

Neste sentido, a superação dos estigmas e preconceitos relativos à Terceira Idade, tem acontecido de forma gradativa e crescente graças às ações de organizações não governamentais, centros de pesquisas e instituições educacionais que acabaram por influenciar os governos a formular políticas específicas aos idosos.

O presente artigo procura discutir tais questões definindo o termo velhice sob alguns aspectos da gerontologia. Faz uma breve análise da estrutura social em o idoso está inserido e por ela é influenciado.

Apresenta de forma sucinta aspectos sociais e educacionais que influem para a configuração de um contexto preconceituoso e injusto com relação à Terceira Idade.

2 Alguns aspectos da velhice

Nas últimas décadas tem-se discutido muito sobre o aumento da população idosa no mundo inteiro. Estima-se que até 2025, a população idosa mundial crescerá cinco vezes e a brasileira dezesseis vezes, quando teremos mais de 34 milhões de pessoas com mais de 60 anos, o Brasil será então a sexta maior população idosa do mundo. O que justifica o grande número de estudos e pesquisas sobre o assunto.

Mas quando se inicia a fase da velhice?

Na grande maioria dos países, o pagamento da aposentadoria começa aos 60 anos para as mulheres e aos 65 para os homens. Daí, sob o ponto de vista econômico, a velhice, também chamada de Terceira Idade, inicia aos 60 anos. Sob o ponto de vista biológico, os geriatras dividem as idades em :

Primeira idade: de 0 a 20 anos;

Segunda idade: de 21 a 49 anos;

Terceira idade: de 50 a 77 anos;

Quarta idade: de 78 a 105 anos.

Há também uma outra classificação para os idosos em três ramos: idoso jovem, dos 66 aos 74 anos; idoso velho, dos 75 aos 85 anos; dos 86 em diante ocorre a manutenção pessoal.

Para a ONU, a Terceira Idade começa aos 60 anos nos países subdesenvolvidos e aos 65 anos nos países desenvolvidos. O envelhecimento ocorre em diferentes dimensões, concomitantes ou não: biológica, social, psicológica, econômica, jurídica, política, etc. O envelhecer depende de muitos fatores ocorridos nas fases anteriores da vida, das experiências vividas na família, na escola ou em outras instituições.

Assim, segundo Rute Bacelar (2002, p.29)

velhice não comporta um só conceito, porque não há equivalência sobre as características de uma pessoa em determinada idade, isto é, a idade cronológica pode não ser idêntica à biológica e social do indivíduo. O conceito cronológico seria determinado a partir os 65 anos nos países desenvolvidos, e dos 60 anos nos países em desenvolvimento.

Na verdade, o termo velhice ainda não foi definido com exatidão pelos seus pesquisadores. O estudo sobre o envelhecimento começou em 1903 com

Metcknicoff, que criou o termo gerontologia, utilizando-o para designar a especialidade que estuda o processo fisiológico do envelhecimento. A palavra gerontologia origina-se do grego: gero (velho) e logia (estudo, conhecimento). Por um longo período a velhice foi pesquisada apenas sob o ângulo da saúde; contudo, a partir da melhoria da qualidade de vida dos idosos, se fez necessário abrir o leque de estudos sobre o tema, pois além de uma vida longa, esta se viu mais participativa; daí que os pedagogos, sociólogos e psicólogos começaram a contribuir nas pesquisas. Surgiu o termo Gerontogogia, que pretende traduzir a construção do ser humano a partir de suas necessidades, potenciais e ações que derivam da longevidade.

Both define bem o termo(2003, p.24):

Gerontogogia ou educação gerontológica pode compreender tanto o processo educacional com vistas à formação de uma ética com os respectivos costumes voltados para a qualidade de vida durante todo o ciclo vital, em cujo seio está a proposta de uma longevidade qualificada, como a educação específica para os idosos e das instituições nos diversos sentidos e intervenções. Assim, pode-se pensar educação gerontológica enquanto se promovem, preventiva ou permanentemente a cidadania, a saúde, as artes, a solidariedade, a política e outras virtudes que dão consistência específica aos mais velhos.

É de vital importância lançarmos um amplo olhar sobre os idosos considerando todos os aspectos para não cairmos numa análise reducionista do fenômeno do envelhecimento em que muitos estudiosos consideram apenas o aspecto biológico e se descuidam da questão da construção histórica e social da velhice.

Não se pode falar em aspectos sociais do idoso sem antes considerar o sistema de produção que rege a sociedade, a população tem sofrido alterações em seu modo de viver, relacionar-se com o mercado de trabalho e de produtos. Do sistema de castas egípcias aos estamentos feudais e à sociedade capitalista, a sociedade moderna evoluiu de uma estrutura social rígida, sem mobilidade social, para uma estrutura extremamente complexa, definida por elementos econômicos e social.

Pode-se afirmar ainda que estes elementos sócio-econômicos que definem a nova divisão social evoluíram da posse ou não de propriedade para caracte-

rísticas mais complexas, definidas por combinações de geração de renda, prestígio social e poder político, o que resulta em opressores versus oprimidos.

A identificação de grupos homogêneos formados por combinações de renda, prestígio e poder, tornam-se, portanto essencial na definição da estrutura social da população e enriquecer análises relativas à exclusão social, estudos sobre concentração de renda, pobreza, desigualdade, mobilidade social, entre outros.

O elemento marcante na estrutura social das sociedades capitalistas é definido pela formação de classes sociais, onde a posição ocupada por cada indivíduo nos diferentes setores de produção social e em seus desdobramentos resultantes da divisão social do trabalho é o que define sua posição de classe social. As classes sociais fazem surgir grupos antagônicos o que foi bem definido por Karl Marx (1998, p.4) “a história de todas as sociedades até hoje é a história das lutas de classes”.

A sociedade capitalista alterou profundamente a relação do homem com a natureza, explorando-a para seu bem estar. Essa alteração se fortaleceu na primeira metade do século XX, quando o trabalho assalariado foi fragmentado e controlado pelo taylorismo e fordismo. Segundo Frigotto (1996) essa racionalização do trabalho reduziu o trabalhador apenas a um componente no desempenho de suas atividades.

Paralelo a isso, a escola enquanto instituição social acaba por reproduzir os valores básicos que fortalece o sistema capitalista onde a rapidez, a precisão e a obediência são valores inerentes ao trabalho assalariado.

O trabalhador, após anos de trabalho, é aposentado como sendo um processo natural e esperado, onde o que deveria ser uma premiação e reconhecimento pela sua produção; acaba se tornando um processo de impossibilidades no gozo de seu tempo livre devido a um baixo rendimento. O aposentado passa a ser visto como alguém que já foi produtivo e que depois de sua aposentadoria, na maioria das vezes, passa a assumir papéis de baixo status social.

Resultado disso o aposentado apresenta em sua grande maioria a auto-estima diminuída, a criatividade empobrecida, a inserção social prejudicada, o que provoca no idoso uma atitude de inatividade e apatia. Na

sociedade moderna, os velhos são apresentados como alguém que não é mais capaz de produzir e de ser útil à sociedade e que, portanto devem ser substituídos e descartados.

Essa postura também resulta da não preparação para o envelhecimento, onde segundo Novaes (1997) é importante refletir sobre o vivido, assumindo novas posturas, como: o resgate de valores e modos de viver; o rompimento de rotinas; a retomada de planos de vida incompletos; a reconstrução da identidade pessoal e social com base em novos interesses e motivações.

A saída do mercado de trabalho do idoso acaba por provocar uma deterioração pessoal e social. Essa degradação social é engendrada por uma ideologia que dá suporte à eficiência e à segurança da sociedade moderna onde o novo, o ágil, o habilitado a produzir e a consumir é que tem valor perante a sociedade.

Todos esses elementos presentes na sociedade capitalista determinam não só a qualidade de vida como também a longevidade. Pessoas de classe alta podem cuidar mais da saúde, ler mais, usufruir mais opções de lazer, ter acesso a informações que lhe permitem permanecer produtivo por muito mais tempo. As pessoas de classe média passam a ser excluída quando se aposentam, pois perdem o status, um grande percentual de sua renda diminui, o que exige dele a busca por uma segunda carreira a fim de continuar sendo reconhecido e possuir uma razoável qualidade de vida. E as pessoas de classe baixa já crescem na precariedade cultural, sanitária, financeira e educacional, o que diminui todas as chances de uma vida longa com qualidade.

Atualmente fala-se muito de inclusão social às minorias tais como: negros, deficientes físicos, visuais, mentais, idosos, etc., mas não se promove a sociedade como um todo, fruto de uma divisão de classes injusta e perversa. Neste particular, os idosos compõem a minoria que sofre, não só por consequência do fator etário, e sim pelas condições de vida vividas desde a mais tenra idade. Assim, o idoso da classe baixa não é discriminado e marginalizado apenas por ser idoso, mas já o era muito antes, resultado das condições sociais e econômicas a que foi submetido pelo capitalismo selvagem. Debert (2004, p.56) aponta três ordens de problemas nos estudos sobre o tema:

Como distinguir os efeitos das condições econômicas ou das minorias étnicas daqueles próprios do envelhecimento; 2. como encontrar medidores adequados do bem-estar na velhice, quando o que está em jogo não é apenas o nível de renda e de saúde, mas aspectos mais subjetivos como satisfação, solidão, níveis de ansiedade e insegurança e qualidade de apoio; 3. como entender a idéia de minoria ora tratada em sua dimensão cultural, ora como grupo discriminado e como compreender a maioria à qual as minorias se referem.

Certamente serão necessárias mudanças significativas na esfera sócio-econômica, nas relações interpessoais e intergeracionais, na preparação das novas gerações para um envelhecimento saudável e politicamente correto.

Para Rodrigues (2000, p.55) :

a velhice útil e feliz não pode ser apenas um mito. Cabe à sociedade a responsabilidade de redefinir social e culturalmente o significado da velhice, possibilitando o resgate da dignidade desse grupo etário. E cada um de nós, velho ou velha, tem o compromisso de lutar por sua dignidade, por sua posição na sociedade de hoje, contando para isso com o apoio dos jovens e adultos que serão os velhos de amanhã, pois, se a sociedade inventou a velhice, devemos nós, os velhos, reinventar a sociedade.

E reinventar a sociedade é torná-la justa a qualquer cidadão, seja deficiente ou não, faça parte de uma minoria ou não, promovendo o cidadão no sentido pleno da expressão, com salário justo que lhe dê condições de viver com dignidade e ter acesso a todos os direitos inscritos na Constituição Brasileira. É paradoxal se pensar em minorias quando na verdade é na maioria que se faz presente a miséria, o não acesso a uma educação de qualidade, a uma habitação própria e decente, a uma previdência social justa, etc.

Outros aspectos a serem lembrados são as diferentes experiências vivenciadas pelos idosos, influenciadas por diversos fatores tais como: históricos, culturais, regionais, sanitários e condições sociais, os quais influenciam a visão que o idoso tem sobre a importância da educação nesta fase da vida. Muitos idosos incorporam em si preconceitos com relação à sua capacidade de aprender, e sobre esta questão muitos estudos e pesquisas têm demonstrado que a memória, por exemplo, tem melhora a partir da aquisição de novos conhecimentos e solução de situações proble-

mas. Ou seja, a capacidade de aprendizagem está ligada à constante atividade do cérebro.

Paralelo à questão da capacidade de aprender está o preconceito que a sociedade capitalista incute nas pessoas, onde o idoso por não ser mais produtivo passa a ser visto como um ônus ao Estado, no que concerne à educação, pois para que aprender ou ensinar alguém que não trará benefícios lucrativos à sociedade? Muitas vezes o idoso acaba aceitando esse rótulo de improdutivo e desiste de viver, de aprender, de ensinar, com receio de passar por ridículo querendo voltar a estudar, a frequentar salas de aula. Daí a importância de se promover uma conscientização não só da sociedade, mas também dos idosos quanto às possibilidades frutíferas no acesso do idoso ao meio educacional. Paulo Freire ajuda nesta reflexão quando coloca que: (FREIRE, 2003, p.37)

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “inversão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens.

A educação é uma forte ferramenta na mudança desse panorama que desprivilegia o idoso. Indubitavelmente, a educação não é privilégio apenas das gerações mais jovens, ao contrário, é um direito de todos, um instrumento maior no combate às barreiras sociais, na promoção de uma verdadeira cidadania. Uma educação que prepare as gerações mais jovens para bem conviver com os mais velhos e a informar sobre sua futura velhice.

É comum ouvir dizer “vivendo e aprendendo”, o que é a mais pura verdade, a aprendizagem se realiza continuamente em todas as situações que se apresenta ao ser humano. Daí surgiu o termo educação permanente que Barcia (1982, p. 63) define “como um processo de afirmação do indivíduo através da tomada de consciência para um autodeterminismo na condução de alternativas, a fim de dominar as diferentes situações em que será levado a viver”.

Deve-se tomar o cuidado para que a educação permanente não seja vista apenas como uma educação extra-escolar, complementar, informal. Ela deve sim assumir um papel reestruturante do sistema educa-

cional vigente em que a educação dirigida aos idosos ainda é oferecida de forma alternativa. A educação para a Terceira Idade remete ao verdadeiro sentido e objetivo da educação, como finalidade do processo civilizatório, aumento do nível intelectual e cultural dos cidadãos, uma teoria e uma prática de ação transformadora.

Paulo Freire reforça a importância da educação permanente quando coloca que (2003, p.73),

Diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela tem. Daí que seja a educação um quefazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade.

Toda a sociedade tem a responsabilidade sobre os idosos, para que os mesmos possam viver plenamente em todos os aspectos, porque no campo da gerontologia o que se percebe é o forte interesse principalmente no aspecto da saúde. Mas de que adianta prolongarmos os anos de vida da população se não for permitido viver com qualidade sob todos os aspectos quais sejam: social, financeiro, sanitário, político, jurídico, social e educacional?

3 Políticas sócio-educacionais para a Terceira Idade no Brasil

Toda política pública que almeja ser justa deve priorizar o desenvolvimento sócio-econômico e cultural do segmento a que se destina. No caso dos idosos deve ser dirigida de forma preventiva e não apenas profilática.

Prevenção que deve ser iniciada com ações e projetos educacionais direcionados às novas gerações, informando e educando para um envelhecimento saudável, promovendo relações intergeracionais através das quais as trocas de experiências são de suma importância para a construção da cidadania.

Agostinho Both acredita que para isso (1999, p.45)

é necessária uma ação pedagógica proposital, para que as gerações mais jovens possam se apropriar do universo dos mais velhos. Uma vez percebida sua singularidade, os jovens poderão respeitá-los e, quando adultos, organizar significativas políticas sociais para a saúde, para a educação, para o serviço e para o lazer. Do contrário, se os mais jovens não forem sensibilizados sobre os mais velhos, poderá haver um silêncio cúmplice sobre sua morte social, não havendo decisões para a promoção da grandeza e da admiração em relação aos mais velhos.

No Brasil a atenção ao idoso teve início com a Constituição Federal de 1988 quando foi introduzido o conceito de Seguridade Social, a partir daí a legislação brasileira procurou se adequar a uma conotação de cidadania. Através da Lei 8.842/94 que rege as normas para os direitos sociais dos idosos, tentando garantir sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Em 1º de outubro de 2003 foi votada e aprovada a nova Lei 10.741/03 que promulga o Estatuto do Idoso pelo atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em resposta às ações públicas dirigidas à terceira idade a sociedade civil tem tido participação fundamental na reivindicação dos direitos sociais da população idosa.

Dentre as entidades da sociedade civil que se organizam em prol dos idosos destacam-se a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), o Serviço Social do Comércio (SESC), a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COPAB), a Associação Nacional de Gerontologia (ANG) e a Pastoral da Terceira Idade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

É notório que estamos vivendo sob o jugo de uma política neoliberal, pela qual o Estado apenas estimula, incentiva, fiscaliza, fazendo de efetivo muito pouco. Do ponto de vista liberal, a identificação entre Estado e governo resulta na interpretação da sociedade civil como um setor autônomo, regulada pelas leis do mercado, e o Estado como fiscalizador dessas regras. O fato de a sociedade civil estar assumindo projetos sociais é importante estar atento para que esse gerenciamento da crise do próprio modo de produção não acabe por tornar a sociedade civil aliada e reprodutora do ideário neoliberal. As chamadas parcerias transferem a responsabilidade do sistema político e se

constitui numa sobrecarga para as associações. Por isso, a sociedade civil deve se constituir em um campo de embates políticos, de elaboração da contra-ideologia, de exacerbação das contradições que se verificam no Estado.

Para tanto a sociedade deveria exercer um papel fiscalizador, mas igualmente participativo, mantendo o controle democrático do Estado, trazendo sob severa vigilância a defesa da cidadania, a política, as conquistas de direito, especialmente das minorias, as políticas partidárias, a justiça social e a segurança pública.

Além da questão política, tanto o Estado como a sociedade civil deve estar atenta ao teor das ações em favor dos idosos, que as mesmas não tenham apenas um cunho assistencialista e sim formativo; é necessário possibilitar ações concretas de cidadania por parte dos idosos ou em favor deles.

Toda ação dirigida ao idoso deveria tomar o cuidado de promovê-lo no sentido de estimular a sua autonomia. O idoso não precisa de alguém que fale por ele e lute por ele. Ele precisa de quem fale e lute com ele. Quando se estabelece uma relação de respeito e troca efetiva entre o idoso e quem o cerca contribui-se para a formação e a constituição de cidadãos como sujeitos sociais ativos, onde o idoso possa assumir seu papel de protagonista na busca de seu espaço social.

No que se refere à educação fica claro na redação do Estatuto do Idoso uma postura neoliberal do legislador que coloca o Poder Público apenas como incentivador de medidas que deveriam ser prioridades do governo. O Estatuto do Idoso embora sendo um avanço na luta pelos direitos e conseqüente dignidade do idoso, por vezes retrata de forma sutil a postura de defensores do “Estado Mínimo” onde a educação é uma das funções permitidas ao “Estado Guardiã”, que segundo Friedman, a ampliação das oportunidades educacionais é considerada importante na redução das desigualdades, entretanto, o governo só deveria se responsabilizar na garantia do acesso do nível básico de ensino, para os outros níveis de ensino os poderes públicos devem transferir ou dividir suas responsabilidades administrativas com o setor privado. É imprescindível, portanto, ficar atento quanto ao cumprimento do Estatuto do Idoso para que a educação dirigida a essa

parcela da população não fique apenas no papel.

Neste sentido, Paulo Freire propõe uma reinvenção da escola em oposição ao neoliberalismo, com o intuito de superar a lógica elitista, classificatória e excludente. Para ele a escola deveria ser o lugar de debate, de tomada de decisões, de construção do conhecimento, de sistematização de experiências, um centro de participação popular na construção da cultura.

Moacir Gadotti, em um de seus artigos, retrata bem a postura de Paulo Freire referente ao pensamento e a prática neoliberal, quando escreve: (GADOTTI, 1997, p.4)

... o neoliberalismo é visceralmente contrário ao núcleo central do pensamento de Paulo Freire que é a utopia. Enquanto o pensamento freireano é utópico o pensamento neoliberal abomina o sonho. Para Paulo Freire o futuro é **possibilidade**. Para o neoliberalismo o futuro é uma **fatalidade**.

O paradigma do neoliberalismo orienta-se pela lei do mercado que valoriza a eficiência, onde o ser humano é apenas um agente econômico. O neoliberalismo vê a desigualdade como algo natural, provocando nas pessoas uma atitude de passividade diante das injustiças sociais e econômicas.

A educação tem como função social despertar nos homens a capacidade de intervenção no mundo, através de conhecimentos que possibilitem as pessoas deixarem de ser objetos para se transformarem em sujeitos da sua história. Gadotti reforça isto quando coloca que: (GADOTTI, 1997, p.5)

A escola não distribui poder, mas constrói saber que é poder. Não mudamos a história sem conhecimentos, mas temos que educar o conhecimento para que possamos interferir no mercado como sujeitos, não como objeto. O papel da escola consiste em colocar o conhecimento nas mãos dos excluídos de forma crítica, porque, a pobreza política produz pobreza econômica.

O acesso à educação, é um fator de crescimento, de conhecimento, de interação, de novas descobertas e vivências, elementos essenciais à preservação e manutenção de uma vida mais produtiva e saudável.

Vale lembrar que a educação ou o aprender para o idoso tem outro sentido e objetivo. Procura-se a escola não mais para obtenção de diploma e sim para

estabelecer canais de comunicação com a sociedade. A educação é um caminho de reintegração social, dado que a perda de funções deixa o idoso com um mínimo de alternativa de atuação social. É importante ressaltar também que a volta à escola é baseada pelo interesse na qualidade formativa da educação.

A Unesco, na década de 80, realizou estudos sobre as finalidades na educação de pessoas idosas e sintetizou da seguinte maneira: (SCHONS, 2000, p.162)

Sinteticamente, foi considerado que a educação da pessoa idosa deve:

1. considerar menos o conteúdo e mais o despertar nela a capacidade de confiança em si mesma, de sua autonomia e o de destruir os estereótipos negativos que poderão estar influenciando na sua vida. Aumentando o senso de suas responsabilidades, a pessoa idosa poderá melhorar sua saúde física e mental, o que contribuirá para que ela se afirme cada vez mais no dia-a-dia e no seu comportamento social;
2. minimizar o isolamento, a solidão em que vivem muitos idosos, estimulando as relações com pessoas de sua geração e, também, com as de outras gerações;
3. proporcionar conhecimentos práticos, específicos sobre, por exemplo, a passagem da vida ativa para a de aposentado, além de conhecimentos teóricos relativos ao processo de envelhecimento; ainda, atividades físicas, socioculturais e artísticas que possam interessar aos idosos;
4. proporcionar a tomada de consciência das pessoas idosas da riqueza de sua vida pessoal e profissional e da importância da comunicação de sua experiência a outras gerações, desenvolvendo o equilíbrio e a compreensão mútua num mundo tão conflituado e que muda rapidamente.

Considerações finais

O idoso tem sido classificado como uma nova categoria social que, na maioria das vezes, é vista de forma preconceituosa, como infértil, improdutivo nos diversos campos sócio-culturais: saúde, político, econômico, educacional, etc. Felizmente essas visões vêm mudando gradativamente graças às novas pesquisas e implementações de novos projetos dirigidos especialmente aos idosos.

Os idosos ao se aposentarem se sentem solitários e excluídos pela sociedade, pois são vistos como

improdutivos. Por isso, se torna imprescindível a implementação de políticas econômicas públicas que contemplem os cidadãos em geral, com um salário digno e um sistema previdenciário justo; visto que a contribuição da Previdência costuma ser determinado por uma alíquota uniforme o que faz com que a classe mais pobre fique mais onerada; a fim de que, quando a velhice se apresentar, tanto a família do idoso quanto o próprio idoso possam ter uma vida digna, reconhecida e respeitada.

A pesquisa, em vários campos do conhecimento, está se dedicando ao tema velhice e tentando defini-la de forma esclarecedora, a fim de melhorar não só as condições econômicas e sanitárias, mas principalmente no campo emocional e educacional. Tenta-se torná-la um período de vida mais produtivo não só para os idosos como também para as gerações mais novas. A melhora das relações intergeracionais permite reconstruir uma nova visão histórica social do idoso.

O idoso, visto como agente social, pode receber um maior preparo para viver sua cidadania de forma plena, preparo que lhe fornecerá ferramentas necessárias ao cumprimento de seus deveres e à reivindicação de seus direitos.

No Brasil já acontecem muitas ações governamentais e não governamentais dirigidas especificamente aos idosos, muitas de grande valia para a melhoria da condição de vida dos mesmos. No entanto, seus promotores devem ficar atentos ao fato de que essas ações, por vezes, apresentam um cunho assistencialista e reforçam a visão preconceituosa sobre a velhice. Sali-entou-se que as iniciativas devem apresentar um cunho preventivo, educativo e promocional da pessoa humana. Só assim aparecerão os idosos, um dia, como uma parcela da sociedade que saberá de seus direitos, podendo, cada um, cumprir seus deveres sem assistencialismos e ser, enfim, um agente social.

A Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso são uma conquista para toda a sociedade, pois todos, ou convivemos com idosos ou ficaremos velhos um dia, e certamente toda essa caminhada irá beneficiar a toda a população de um modo geral. No entanto, percebe-se que o Estatuto do Idoso ainda é desconhecido para grande parte da população, principalmente nas regiões mais pobres e de baixa escolaridade.

É fundamental que os idosos e suas organizações continuem se mobilizando a favor da implementação de políticas públicas relativas a Terceira Idade, em todos os setores.

Quanto a Educação dirigida aos idosos, a mesma tem sido privilegiada nos grandes centros com abertura de cursos nas Universidades Abertas à Terceira Idade, no entanto nas cidades de pequeno porte onde não há universidades, os programas dirigidos aos idosos se restringem a atividades de lazer. É necessário que se estimule abertura de programas educacionais promovidos pelas prefeituras em suas escolas.

Os preconceitos e estereótipos relativos à velhice não estão presentes apenas nas gerações mais jovens, há muito idoso ainda que se vê limitado por uma pseudo-incapacidade, inculcada pelos princípios de uma sociedade capitalista que valorizam as pessoas ditas “produtivas” porque promovem o aumento de divisas no sistema financeiro. O idoso dentro desta perspectiva é visto como prejuízo aos cofres públicos, esquece-se o que ele já produziu e poderá ainda produzir, lembrando é claro que há lucros indiretos a uma nação, como experiência de vida, conhecimentos que podem ser compartilhados, aumento do nível cultural da população, entre outras “ações produtivas” que o ser humano pode trazer a uma sociedade.

Com a melhoria do nível educacional da população, certamente a população de idosos, será vista com olhares menos preconceituosos e discriminatórios, e esse novo olhar permitirá mudanças na concepção sobre igualdade e universalidade de direitos a fim de se conquistar uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Janete M. Lins. **A educação como política pública**. 3. ed., Campinas, Autores Associados, 2004.
- BACELAR, R. **Envelhecimento e produtividade**: processos de subjetivação. Recife, FASA, 2002
- BARCIA, Mary F. **Educação Permanente no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1982.
- BOTH, A. et al (orgs). **Envelhecimento Humano**: múltiplos olhares. Passo Fundo, UPF, 2003.
- BOTH, A. **Gerontologia**: educação e longevidade. Passo Fundo, Editora Imperial, 1999.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei N. 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso)**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 04.11.2006.

DAGNINO, E. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania**. In: DAGNINO, E. (org.). Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 29.ed., São Paulo, Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 36.ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.

FRIGOTTO, G. et al. **Cidadania e Formação Técnico-Profissional: desafios neste fim de século**. In: Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais. Porto Alegre, Sulina, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Lições de Freire**. *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo, vol. 23 n. 1-2 Jan./Dec. 1997.

LEI 8 842 – Política Nacional do Idoso.

SCHONS, Carme Regina & PALMA, Lucia Terezinha Saccomori. **Conversando com Nara Costa Rodrigues sobre gerontologia social**. 2. ed., Passo Fundo, UPF, 2000.